



**Relatório de Gerenciamento de Riscos
Pilar 3
2º Trimestre de 2017**

Banco Cooperativo do Brasil S/A – Bancoob

Em atendimento aos requisitos estabelecidos na Circular BCB 3.678/2013, que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR), apresentamos o relatório que detalha a estrutura de Gerenciamento de Riscos do Conglomerado Prudencial Bancoob, proporcionando transparência aos agentes de mercado e permitindo avaliar a adequação de capital.

As informações tem como base o trimestre findo em 30 de junho de 2017.

Índice

1. Gerenciamento de Riscos e Capital	5
1.1. Gerenciamento de Riscos	5
1.2. Gerenciamento de Capital.....	5
2. Informações Patrimoniais.....	7
2.1. Balanço Patrimonial Consolidado	7
2.2. Informações Patrimoniais das Instituições Investidas	7
2.3. Participações Societárias Relevantes	8
3. Capital	9
3.1. Adequação do Patrimônio de Referência.....	9
3.2. Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).....	9
Ativos Ponderados pelo Risco de Crédito.....	10
Ativos Ponderados pelo Risco de Mercado	11
Ativos Ponderados pelo Risco Operacional	11
3.3. Indicadores de Adequação do Capital	12
3.4. Adicional de Capital Principal.....	13
3.5. R _{BAN}	13
3.6. Suficiência de Capital.....	13
3.7. Limite para Imobilização.....	14
4. Razão de Alavancagem.....	15
5. Risco de Crédito	16
5.1. Estrutura de Gerenciamento do Risco de Crédito.....	16
Política	17
Metodologia.....	17
5.2. Carteira de Crédito	18
5.3. Principais Exposições ao Risco de Crédito	18
Por fator de ponderação	19
Por região geográfica.....	19
Por setor econômico	20
Por prazo a decorrer das operações.....	21
5.4. 10 e 100 Maiores Exposições	22
5.5. Evolução da Carteira em atraso.....	22
5.6. Instrumentos Mitigadores do Risco de Crédito.....	24
5.7. Risco de Crédito de Contraparte.....	24
6. Risco de Mercado.....	25
6.1. Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado	25
Política	25
Metodologia.....	26
6.2. Risco de Mercado	27

Carteira de Negociação	27
Carteira de não Negociação.....	27
Cenários de Stress.....	28
7. Risco de Liquidez.....	29
7.1. Estrutura de Gerenciamento do Risco de Liquidez	29
Política	29
Metodologia.....	30
7.2. Risco de Liquidez.....	30
Instrumentos de Gestão do Risco de Liquidez.....	31
Cenários de Stress de Liquidez	31
Testes das Medidas de Contingência	31
8. Risco Operacional.....	32
8.1. Estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional	32
Política	32
Metodologia.....	32

1. Gerenciamento de Riscos e Capital

1.1. Gerenciamento de Riscos

Para compreensão das estruturas de gerenciamento dos riscos operacional, de mercado, de liquidez e de crédito no Bancoob, é necessário entender conceitos básicos utilizados na organização sistêmica na qual o Bancoob está inserido: o Sicoob – Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil.

Embora opere como unidade independente das cooperativas, o Bancoob, por decisão das entidades participantes do Sicoob, exerce funções complementares no sistema quando elas coincidem com a expertise típica do Banco, como é o caso da gestão dos riscos tratados neste documento.

Os processos de gerenciamento dos riscos operacional, de mercado, de liquidez e de crédito são norteados por políticas sistêmicas, internamente denominadas políticas institucionais. Essas políticas são formalmente aprovadas, mediante processo de adesão, pelas entidades integrantes do Sicoob. No caso do Bancoob, as políticas institucionais são avaliadas previamente pela Diretoria e posteriormente submetidas à deliberação do Conselho de Administração.

A responsabilidade pela definição da estrutura conceitual, metodológica e operacional, derivadas das políticas, no ambiente das entidades que fazem parte do Sicoob, é distribuída da seguinte forma:

- Risco de Crédito: centralização no Bancoob e demais responsabilidades distribuídas entre as entidades do Sicoob, conforme definido na Política Institucional;
- Risco de Mercado: centralização no Bancoob e demais responsabilidades distribuídas entre as entidades do Sicoob, conforme definido na Política Institucional;
- Risco de Liquidez: centralização no Bancoob e demais responsabilidades distribuídas entre as entidades do Sicoob, conforme definido na Política Institucional;
- Risco Operacional: centralização no Sicoob Confederação e demais responsabilidades distribuídas entre as entidades do Sicoob, conforme definido na Política Institucional.

É com essa visão sistêmica que as estruturas de gerenciamento desses riscos devem ser compreendidas.

1.2. Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital do Bancoob é centralizado na área de Planejamento Financeiro e SPB, a qual é apoiada pelo Comitê de Gerenciamento de Capital (Cocap) visando garantir a sinergia, uniformidade e visão sistêmica. O gerenciamento de capital do Bancoob é realizado de forma integrada com o Sicoob Confederação, cujos processos, procedimentos e políticas estão definidos em normativos internos e envolve as principais áreas que tratam do tema, sendo: área estratégica, área de gestão de riscos, contadoria e área de planejamento financeiro, compondo, dessa forma, o Cocap.

O gerenciamento de capital, no âmbito do Bancoob, compreende o processo contínuo de:

- monitoramento e controle constante do capital mantido pela instituição;
- avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a instituição está exposta, bem como a realização de simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (teste de *stress*) e seus impactos no capital regulamentar;
- planejamento de metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição para o mínimo de três anos;
- adoção de postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado;
- comunicação tempestiva com os acionistas para negociar o alcance das metas de capitalização do Bancoob.

2. Informações Patrimoniais

Em atendimento ao estabelecido no art. 3º da Circular BCB 3.678/2013, destacamos os elementos patrimoniais que compõem o Patrimônio de Referência (PR).

As informações demonstradas abrangem:

- Balanço Patrimonial;
- Lista das instituições investidas pelo Bancoob e suas informações patrimoniais;
- Descrição das participações societárias relevantes.

2.1. Balanço Patrimonial Consolidado

Apresentamos o Balanço Patrimonial do Conglomerado Prudencial na data-base de 30/6/2017, composto pelas instituições Bancoob, Bancoob DTVM, Ponta Consórcio e Fundo Previdenciário:

BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativo		Passivo	Anexo I
Circulante	26.515.698	Circulante	35.166.772
Disponibilidades	8.735	Depósitos	27.705.303
Aplicações interfinanceiras de liquidez	13.124.618	Obrigações por operações compromissadas	1.631.418
Títulos e valores mobiliários	1.374.502	Recursos de aceites cambiais, LI, LH e debêntures	450.890
Relações interfinanceiras	1.343.325	Relações interfinanceiras	820.348
Operações de crédito	6.124.455	Relações interdependências	25.297
Outros créditos	4.502.966	Obrigações por repasses do País - Inst. oficiais	736.816
Outros valores e bens	37.097	Outras obrigações	3.796.700
Não circulante	14.157.930	Não circulante	4.058.141
Aplicações interfinanceiras de liquidez	199.074	Exigível a longo prazo	-
Títulos e valores mobiliários	10.009.896	Depósitos	2.380.325
Operações de crédito	3.818.040	Obrigações por operações compromissadas	-
Outros créditos	22.726	Recursos de aceites cambiais, LI, LH e debêntures	-
Investimentos	56.512	Obrigações por repasses do País - Inst. oficiais	1.674.088
Imobilizado	48.178	Outras obrigações	3.728
Intangível	3.504	Resultados de exercícios futuros	35
Diferido	-	Patrimônio líquido	1.448.680
		Capital	1.319.242 (i)
		Reserva de capital	45 (ii)
		Reserva de lucros	126.470 (iii)
		Ajuste ao valor de mercado - TVM	2.947 (iv)
		Ações em tesouraria	(26) (v)
		Participação de não controladores	2 (vi)
Total	40.673.628	Total	40.673.628

Valores em R\$ Mil

2.2. Informações Patrimoniais das Instituições Investidas

Apresentamos as informações patrimoniais das instituições investidas pelo Bancoob:

INVESTIMENTOS

Empresa	Junho/2017		
	Ativo Total	PL Ajustado	Segmento de Atuação
Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	6.009	3.771	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Ponta Administradora de Consórcios Ltda.	33.330	21.018	Consórcio
Cabal Brasil Ltda.	107.665	33.126	Serviços de Processamento e Administração de Cartões
Bancoob Participações em Seguridade S.A.	21.878	21.869	Holding de Instituições Não-Financeiras

Valores em R\$ Mil

Março/2017

Empresa	Março/2017		
	Ativo Total	PL Ajustado	Segmento de Atuação
Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	4.433	3.008	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Ponta Administradora de Consórcios Ltda.	28.272	18.781	Consórcio
Cabal Brasil Ltda.	107.898	31.765	Serviços de Processamento e Administração de Cartões
Bancoob Participações em Seguridade S.A.	21.100	20.873	Holding de Instituições Não-Financeiras

Valores em R\$ Mil

2.3. Participações Societárias Relevantes

Apresentamos as informações referentes às participações societárias relevantes do Bancoob:

PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Empresa	% Participação	Junho/2017
Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	99,9994%	3.771
Ponta Administradora de Consórcios Ltda.	99,9900%	21.015
Cabal Brasil Ltda. ¹	80,0000%	26.501
Bancoob Participações em Seguridade S.A.	100%	21.469
Total	-	72.756

Valores em R\$ Mil

¹Valor sem considerar o ágio

Março/2017

Empresa	% Participação	Março/2017
Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	99,9994%	3.008
Ponta Administradora de Consórcios Ltda.	99,9900%	18.779
Cabal Brasil Ltda. ¹	80,0000%	25.404
Bancoob Participações em Seguridade S.A.	100%	20.988
Total	-	68.179

Valores em R\$ Mil

¹Valor sem considerar o ágio

Os investimentos do Bancoob são contabilizados pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP).

A equivalência patrimonial é o método que consiste em atualizar o valor contábil do investimento ao valor equivalente à participação societária da sociedade investidora no patrimônio líquido da sociedade investida, reconhecendo seus efeitos na demonstração do resultado do exercício.

O valor do investimento, portanto, será determinado mediante a aplicação da porcentagem de participação no capital social, sobre o patrimônio líquido de cada sociedade coligada ou controlada.

3. Capital

3.1. Adequação do Patrimônio de Referência

Em conformidade com as Resoluções CMN 4.192/2013 e 4.278/2013, além de regulamentações complementares, o Conglomerado Bancoob mantém Patrimônio de Referência (PR) compatível com os riscos inerentes às suas atividades. O processo de Adequação do Patrimônio de Referência é acompanhado para atendimento aos requerimentos regulatórios e gestão estratégica da instituição.

O Patrimônio de Referência (PR) é composto pelo Nível I e Nível II, sendo parâmetro para fins de monitoramento e de verificação do cumprimento dos limites operacionais, estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BCB), onde:

- Nível I – composto pelo somatório do Capital Principal e Capital Complementar;
- Nível II – composto por instrumentos elegíveis a capital, basicamente dívidas subordinadas, sujeitos a limitações prudenciais.

O Patrimônio de Referência (PR) é apurado em bases consolidadas:

- Conglomerado Prudencial – consolidado das empresas controladas pelo Bancoob, que são regulamentadas pelo BCB (Bancoob, Bancoob DTVM, Ponta Consórcios e Fundo Previdenciário).

Demonstramos a composição do Patrimônio de Referência (PR):

PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA		
	Junho/2017	Março/2017
Nível I	1.439.544	1.382.681
Capital Principal	1.439.544	1.382.681
Patrimônio Líquido	1.448.680	1.391.988
Ajustes Prudenciais, Resolução 4.192/2013 do CMN	9.136	9.307
Ajuste de Ágios baseados em rentabilidade futura	6.674	6.992
Ajuste do Ativos Intangíveis	2.460	2.314
Ajuste de Participação não controladores	2	1
Ajuste de Ativos Diferidos	-	-
Ajuste de Crédito Tributário	-	-
Capital Complementar	-	-
Instrumentos Elegíveis a Capital Complementar	-	-
Ajuste a serem deduzidos do Capital Complementar	-	-
Nível II	-	-
Instrumentos de Dívida Subordinada	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado	-	-
Total	1.439.544	1.382.681

Valores em R\$ Mil

3.2. Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)

Conforme a Resolução CMN 4.193/2013, que trata dos cálculos dos requerimentos mínimos e do adicional de capital, deve ser apurado o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), correspondente à soma das seguintes exposições:

$$RWA = RWA_{CPAD} + RWA_{MPAD} + RWA_{OPAD}$$

Onde temos a seguinte composição dos riscos:

Risco de Crédito

- RWA_{CPAD} – relativa às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada.

Risco de Mercado

- RWA_{MPAD} – relativa às exposições ao risco de mercado sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada. Compreendendo o somatório das exposições:
 - RWA_{JUR1} – relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas;
 - RWA_{JUR2} – relativa às exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras;
 - RWA_{JUR3} – relativa às exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços;
 - RWA_{JUR4} – relativa às exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de taxas de juros;
 - RWA_{CAM} – relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial;
 - RWA_{COM} – relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias (*commodities*); e
 - RWA_{ACS} – relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de ações.

Risco Operacional

- RWA_{OPAD} – relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional.

As metodologias utilizadas pelo Conglomerado Bancoob para a alocação de capital estão em conformidade com a regulamentação em vigor, sendo parte do processo de avaliação da adequação do Patrimônio de Referência (PR), objetivando apurar a exigência de capital suficiente para cobertura dos riscos inerentes às suas atividades.

Demonstramos a composição dos ativos ponderados pelo risco:

COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO

Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	Junho/2017		Março/2017	
	RWA	%	RWA	%
Ativos Ponderados pelo Risco de Crédito - RWA_{CPAD}	7.304.213	86,31%	6.847.247	85,28%
Ativos Ponderados pelo Risco de Mercado - RWA_{MPAD}	120.244	1,42%	143.827	1,79%
Ativos Ponderados pelo Risco Operacional - RWA_{OPAD}	1.037.883	12,26%	1.037.883	12,93%
Total	8.462.340	100,00%	8.028.957	100,00%

Valores em R\$ Mil

Ativos Ponderados pelo Risco de Crédito

A tabela a seguir apresenta os valores dos ativos ponderados de risco de crédito (RWA_{CPAD}), cuja parcela é regulamentada pela Circular BCB 3.644/2013, segregados por fator de ponderação de risco e por tipo de ativos.

COMPOSIÇÃO DO RWA_{CPAD}

RWA _{CPAD}	Junho/2017	Março/2017
Por Fator de Ponderação de Risco (FPR)	7.304.213	6.847.247
FPR 0%	-	-
FPR 2%	-	-
FPR 20%	1.461.250	1.481.281
FPR 35%	994	454
FPR 50%	1.389.198	1.355.734
FPR 75%	1.590.533	1.497.433
FPR 100%	2.829.268	2.480.053
FPR 250%	32.970	32.292
Por Tipo de Carteira	7.304.213	6.847.247
Operações de Crédito (exceto cartão)	2.331.217	2.350.857
Operações de Cartão de Crédito	734.060	669.371
Operações de Tesouraria	1.392.119	1.394.450
Operações de Adquirência	2.346.957	2.020.060
Demais operações	499.860	412.509

Valores em R\$ Mil

Ativos Ponderados pelo Risco de Mercado

Os ativos ponderados pelo risco de mercado (RWA_{MPAD}) consistem no somatório das exposições descritas na tabela abaixo, regulamentadas pelas Circulares BCB 3.634/2013, 3.635/2013, 3.636/2013, 3.637/2013, 3.638/2013, 3.639/2013 e 3.641/2013.

COMPOSIÇÃO DO RWA_{MPAD}

RWA _{MPAD}	Junho/2017	Março/2017
Exposição em taxa de juros prefixadas	59.359	83.057
Exposição em taxa de cupons de moedas estrangeiras	-	-
Exposição em taxa de cupons de índices de preços	52.164	53.941
Exposição em taxa de cupons de taxas de juros	-	-
Exposição em ouro, moeda Estrangeira e câmbio	8.721	6.829
Exposição em <i>commodities</i>	-	-
Exposição em ações	-	-
Total	120.244	143.827

Valores em R\$ Mil

Ativos Ponderados pelo Risco Operacional

A Circular BCB 3.640/2013 e alterações posteriores estabelecem os critérios de apuração da parcela de ativos ponderados pelo risco operacional (RWA_{OPAD}). De acordo com a regulação vigente, o valor da exposição RWA_{OPAD} é calculado semestralmente com informações relativas às datas-bases de 30 de junho e 31 de dezembro.

Para apuração do RWA_{OPAD} a metodologia utilizada é a Abordagem do Indicador Básico (BIA), conforme demonstrado a seguir:

COMPOSIÇÃO DO RWA_{OPAD}

RWA _{OPAD}	Junho/2017	Março/2017
Receitas de Intermediação Financeira	4.301.165	4.301.165
Receitas de Prestação de Serviço	611.765	611.765
Despesas de Intermediação Financeira	(3.875.003)	(3.875.003)
Ganhos ou perdas na alienação de TVM	(44)	(44)
Total	1.037.883	1.037.883

Valores em R\$ Mil

3.3. Indicadores de Adequação do Capital

Conforme regulamentação em vigor, o BCB estabelece os limites operacionais a serem observados pelas instituições financeiras. Apresentamos os cálculos do Índice de Basileia (IB), Índice de Nível I (IN1) e Índice de Capital Principal (ICP), conforme estabelecido pela Resolução CMN 4.193/2013.

O Índice de Basileia (IB) é apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$IB = \frac{PR}{RWA}$$

O Índice de Basileia (IB) apurado:

ÍNDICE DE BASILEIA

IB	Junho/2017	Março/2017
Patrimônio de Referência (PR)	1.439.544	1.382.681
Ativo Ponderado Pelo Risco (RWA)	8.462.340	8.028.957
Índice de Basileia (IB)	17,01%	17,22%

Valores em R\$ Mil

O Índice de Nível (IN1) é apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$IN1 = \frac{Capital\ de\ Nível\ I}{RWA}$$

O Índice de Nível (IN1) apurado:

ÍNDICE DE NÍVEL I

IN1	Junho/2017	Março/2017
Capital de Nível I	1.439.544	1.382.681
Ativo Ponderado Pelo Risco (RWA)	8.462.340	8.028.957
Índice de Nível I (IN1)	17,01%	17,22%

Valores em R\$ Mil

O Índice de Capital Principal (ICP) é apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICP = \frac{Capital\ Principal}{RWA}$$

O Índice de Capital Principal (ICP) apurado:

ÍNDICE DE CAPITAL PRINCIPAL		
ICP	Junho/2017	Março/2017
Capital Principal	1.439.544	1.382.681
Ativo Ponderado Pelo Risco (RWA)	8.462.340	8.028.957
Índice de Capital Principal (ICP)	17,01%	17,22%

Valores em R\$ Mil

3.4. Adicional de Capital Principal

As parcelas de adicional de capital regulamentar visam garantir que os bancos tenham reserva de capital suficiente para enfrentar momentos de crise, reduzindo potencial impacto sistêmico indesejável na economia.

O Adicional de Capital Principal (ACP) passou a vigorar a partir de janeiro de 2016, sendo aplicado de acordo com as Circulares BCB 3.768/2015 e 3.769/2015.

Apresentamos o valor detalhado de suas parcelas:

ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL		
ACP	Junho/2017	Março/2017
Valor do Adicional de Capital Principal (ACP)	105.779	100.362
de Conservação	105.779	100.362
Contracíclico	-	-
de Importância Sistêmica	-	-

Valores em R\$ Mil

3.5. RBAN

Além das exposições de risco apresentadas anteriormente, devem ser computadas para efeito de compatibilização do Patrimônio de Referência (PR), as exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas, não classificadas na carteira de negociação, ou seja, carteira *banking* (RBAN), conforme Circular BCB 3.365/2007.

Apresentamos os valores apurados para alocação de capital necessário para cobertura do risco de taxa de juros:

RBAN		
RBAN	Junho/2017	Março/2017
Risco de Taxas de Juros da Carteira <i>Banking</i>	14.592	23.159

Valores em R\$ Mil

3.6. Suficiência de Capital

Apresentamos, a seguir, a suficiência de capital para fazer frente aos riscos de crédito, mercado, operacional e risco de taxa de juros na carteira de não negociação.

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Descrição	Junho/2017	Março/2017
Patrimônio de Referência (PR)	1.439.544	1.382.681
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	8.462.340	8.028.957
Índice de Basileia (IB)	17,01%	17,22%
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA (PRMR)	782.766	742.679
Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido (PR - PRMR)	656.778	640.002
Valor Requerido para o Adicional de Capital Principal (ACP)	105.779	100.362
Valor Requerido para operações de não negociação (R_{BAN})	14.592	23.159
Margem de Compatibilização do PR (PR - PRMR - ACP - R_{BAN})	536.407	516.481

Valores em R\$ Mil

3.7. Limite para Imobilização

O índice de imobilização indica o percentual de comprometimento do PR em relação ao ativo permanente imobilizado. Conforme determinação do BCB, o limite máximo para imobilização é de 50% do PR.

Demonstramos a composição do limite de imobilização:

LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO

Limite de imobilização	Junho/2017	Março/2017
Patrimônio de Referência para Limite de Imobilização	1.439.370	1.382.506
Valor da Situação para o Limite de Imobilização	98.886	97.565
Ativo Permanente	108.195	107.046
Títulos Patrimoniais	(175)	(175)
Ajustes Prudenciais Deduzidos do PR	(9.134)	(9.306)
Limite para Imobilização	719.685	691.253
Margem para Imobilização	620.799	593.688
Grau de imobilização (GI)	6,87%	7,06%

Valores em R\$ Mil

4. Razão de Alavancagem

Além dos requerimentos mínimos de capital, a partir de outubro de 2015 passou a vigorar a Circular BCB 3.748/2015, que dispõe sobre a metodologia para apuração da Razão de Alavancagem (RA), definida como a razão entre Capital Nível I e o total de exposições da instituição (incluindo as exposições off-balance). A RA tem como objetivo evitar a alavancagem excessiva das instituições financeiras e o consequente aumento do risco sistêmico, com impactos indesejáveis na economia.

Demonstramos a composição da razão de alavancagem:

RAZÃO DE ALAVANCAGEM

IN1	Junho/2017	Março/2017
Capital de Nível I	1.439.544	1.382.681
Exposição Total	42.339.066	39.463.234
Razão de Alavancagem (RA)	3,40%	3,50%

Valores em R\$ Mil

DEMONSTRATIVO COMUM DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE A RAZÃO DE ALAVANCAGEM

Linha	Itens	Junho/2017	Março/2017
Itens contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)			
1	Itens patrimoniais, exceto instrumentos financeiros derivativos, títulos e valores mobiliários	29.188.219	28.305.379
2	Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível I	9.134	9.306
3	Total das exposições contabilizadas no BP	29.179.085	28.296.073
Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos			
4	Valor de reposição em operações com derivativos	-	-
5	Ganho potencial futuro decorrente de operações com derivativos	-	-
6	Ajuste relativo à garantia prestada em operações com derivativos	-	-
7	Ajuste relativo à margem de garantia diária prestada	-	-
8	Derivativos em nome de clientes em que não há obrigatoriedade contratual de reembolso	-	-
9	Valor de referência ajustado em derivativos de crédito	-	-
10	Ajuste sob o valor de referência ajustado em derivativos de crédito	-	-
11	Total das exposições relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos	-	-
Operações Compromissadas e de Empréstimo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM)			
12	Aplicações em operações compromissadas e de empréstimo de TVM	11.485.409	9.607.132
13	Ajuste relativo a recompras a liquidar e credores por empréstimo de TVM	-	-
14	Valor relativo ao risco de crédito da contraparte	4.108	1.734
15	Valor relativo ao risco de crédito da contraparte em operações de intermediação	-	-
16	Total das exposições relativas a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores	11.489.517	9.608.866
Itens não contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)			
17	Valor de referência das operações não contabilizadas no BP	8.328.267	7.766.594
18	Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no BP	(6.657.803)	(6.208.299)
19	Total das exposições não contabilizadas no Balanço Patrimonial	1.670.464	1.558.295
Capital e Exposição Total			
20	Nível I	1.439.544	1.382.681
21	Exposição Total	42.339.066	39.463.234
Razão de Alavancagem (RA)			
22	Razão de Alavancagem (RA)	3,40%	3,50%

Valores em R\$ Mil

5. Risco de Crédito

5.1. Estrutura de Gerenciamento do Risco de Crédito

O Bancoob é a entidade responsável pela estrutura centralizada de gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de clientes e operações, monitoramento das carteiras de crédito e manutenção de política única de risco de crédito.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- estimativa (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- procedimentos para a recuperação de créditos;
- sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- informações gerenciais periódicas para as entidades do Sistema;
- cálculo e projeção do capital regulamentar necessário bem como do nível adequado de provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- modelos para avaliação do risco de crédito em nível de cliente, de acordo com o público tomador, que levam em conta características específicas dos tomadores bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- limites de crédito para cada cliente e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- modelo para avaliar o impacto na provisão para crédito de liquidação duvidosa, bem como no capital regulamentar e índice de Basileia em condição extrema de risco de crédito.

As normas internas do gerenciamento de risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

Os processos de crédito e de gerenciamento de risco de crédito são segregados e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade no âmbito do Sicoob.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados anualmente por equipes de auditorias interna e externa. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para corrigir, adaptar e promover melhorias no gerenciamento do risco de crédito.

A gestão de risco de crédito do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Bancoob, conforme previsto no art. 9º da Resolução CMN 3.721/2009. Cabem às cooperativas centrais e singulares a execução e o acompanhamento das diretrizes aprovadas sistematicamente.

No Sicoob, a estrutura de gerenciamento de risco de crédito é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito das entidades integrantes do Sistema.

A estrutura centralizada não desonera as cooperativas singulares e centrais de suas responsabilidades pela gestão do risco de crédito.

Política

A Política Institucional de Risco de Crédito em vigor tem característica sistêmica, foi aprovada pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação e, na sequência, foi aderida pelo Bancoob, conforme deliberação de seu Conselho de Administração em reunião realizada em 8/4/2010.

A adesão a essa política foi comunicada internamente pela Resolução Bancoob 001, de 18/1/2011. O acesso ao conteúdo completo da política pode ser feito por meio da intranet.

A Política Institucional de Risco Crédito é revisada, no mínimo anualmente, por proposta da área responsável pelo gerenciamento de risco de crédito, em decorrência de fatos relevantes e por sugestões encaminhadas pelas entidades do Sistema.

Metodologia

O Bancoob mantém um conjunto de metodologias para avaliar o risco de crédito em nível de cliente e de operação:

- a metodologia é de passo duplo: avalia-se primeiramente o cliente para depois avaliar eventuais fatores mitigadores de risco contidos na operação;
- há várias metodologias de avaliação de risco em nível de cliente de acordo com o público tomador;
- nas metodologias de avaliação de risco em nível de cliente, consideram-se variáveis específicas aos clientes e variáveis setoriais;
- as metodologias têm o seu poder discriminante (capacidade de separar bons e maus clientes) periodicamente testado;
- as classificações de risco subsidiam a alocação do crédito e a gestão da carteira de uma maneira global;
- a metodologia de risco em nível de operação contempla o contido na Resolução CMN 2.682/1999.

São considerados como componentes metodológicos para a classificação de risco do tomador:

- a) Probabilidade de Descumprimento ou *Probability of Default* (PD): percentual que corresponde à probabilidade de descumprimento da classe de risco;
- b) Perda Dado o Descumprimento ou *Loss Given Default* (LGD): percentual da perda econômica decorrente do descumprimento considerados todos os fatores relevantes, para recuperação do crédito;
- c) Exposição ao Descumprimento ou *Exposure at Default* (EAD): corresponde ao valor da exposição da entidade perante o tomador ou contraparte no momento da concretização do evento de descumprimento.

Assim, com base nesses componentes, estima-se a Perda Esperada (PE) do tomador, de acordo com a seguinte fórmula:

$$PE = PD \times LGD \times EAD$$

O percentual de perda (LGD) pode ser influenciado por características das operações devido à presença de garantias.

O Bancoob adota dezesseis modelos para efeito de aplicação de metodologia específica de análise de risco de crédito para as classes de pessoas físicas, pessoas jurídicas e instituições financeiras.

5.2. Carteira de Crédito

Apresentamos as principais exposições ao risco de crédito, que contemplam as operações de crédito, avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito e limites contratados e não utilizados:

CARTEIRA DE CRÉDITO

Tomador	Junho/2017		Março/2017	
	Carteira Total	Sem outros Créditos ¹	Carteira Total	Sem outros Créditos ¹
Cooperativa	6.835.866	6.834.569	6.958.799	6.957.709
Crédito Rural	6.783.023	6.783.023	6.900.212	6.900.212
Investimento	17.639	17.639	22.360	22.360
Outros	35.204	33.907	36.227	35.137
Pessoa Física	4.186.293	2.570.285	3.895.480	2.444.867
Cartão de Crédito ²	1.616.008	8	1.636.272	185.659
Consignado	603.347	603.347	562.433	562.433
Crédito Rural	1.605.874	1.605.874	1.434.783	1.434.783
Outros	361.064	361.056	261.992	261.992
Pessoa Jurídica	907.288	543.597	874.112	555.199
Capital de Giro e Cta Garantida	9.016	9.016	10.236	10.236
Crédito Rural	79.934	79.934	87.599	87.599
Outros	818.338	454.647	776.277	457.364
Total	11.929.447	9.948.451	11.728.391	9.957.775
Limite Contratado não Utilizado	8.322.311	8.322.311	7.760.431	7.760.431
Total Geral	20.251.758	18.270.762	19.488.822	17.718.206
Média do Trimestre²	11.894.144	9.960.358	11.659.933	9.925.664

Valores em R\$ Mil

¹ Sem compras de cartões de crédito (a faturar)

² Sem limites contratados e não utilizados

5.3. Principais Exposições ao Risco de Crédito

As exposições foram segmentadas por fator de ponderação, por região geográfica, por setor econômico e por prazo a decorrer das operações.

Por fator de ponderação

Descrição	FATOR DE PONDERAÇÃO			
	Junho/2017		Março/2017	
	Carteira	Exigência	Carteira	Exigência
FRP 0%	310.058	-	247.974	-
FPR 20%	18.970.670	2.465.242	18.286.882	2.418.141
FPR 35%	2.839	994	1.296	454
FPR 50%	555.304	277.652	517.881	258.940
FPR 75%	325.870	234.464	331.929	239.926
FPR 100%	87.017	86.925	102.860	102.767
Total	20.251.758	3.065.277	19.488.822	3.020.228

Valores em R\$ Mil

Por região geográfica

Tomador / Região	REGIÕES GEOGRÁFICAS DO BRASIL					
	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Cooperativa	458.875	58.962	354.547	4.756.821	1.206.661	6.835.866
Crédito Rural	436.341	46.359	354.499	4.749.867	1.195.957	6.783.023
Investimento	218	-	13	6.813	10.594	17.638
Outros	22.316	12.603	35	141	110	35.205
Pessoa Física	510.455	101.076	304.095	1.915.533	1.355.134	4.186.293
Cartão de Crédito ¹	159.787	48.863	91.765	774.110	541.483	1.616.008
Consignado	50.864	42.730	27.691	355.991	126.072	603.348
Crédito Rural	254.751	-	162.037	563.254	625.831	1.605.873
Outros	45.053	9.483	22.602	222.178	61.748	361.064
Pessoa Jurídica	114.489	22.493	73.069	338.387	358.850	907.288
Capital de Giro e Cta Garantida	-	-	3.975	-	5.041	9.016
Crédito Rural	41.321	1.603	5.545	23.486	7.979	79.934
Outros	73.168	20.890	63.549	314.901	345.830	818.338
Total	1.083.819	182.531	731.711	7.010.741	2.920.645	11.929.447
Limite Contratado não Utilizado	-	-	-	-	-	8.322.311
Total Geral	1.083.819	182.531	731.711	7.010.741	2.920.645	20.251.758

Valores em R\$ Mil

Tomador / Região	REGIÕES GEOGRÁFICAS DO BRASIL					
	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Cooperativa	410.826	49.804	368.672	4.719.918	1.409.577	6.958.797
Crédito Rural	385.269	39.719	368.627	4.711.547	1.395.049	6.900.211
Investimento	282	-	27	7.623	14.428	22.360
Outros	25.275	10.085	18	748	100	36.226
Pessoa Física	480.240	95.102	273.369	1.803.007	1.243.764	3.895.482
Cartão de Crédito ¹	166.617	51.692	91.265	792.529	534.169	1.636.272
Consignado	45.943	40.602	24.644	333.262	117.983	562.434
Crédito Rural	191.293	-	146.755	527.302	569.434	1.434.784
Outros	76.387	2.808	10.705	149.914	22.178	261.992
Pessoa Jurídica	119.171	20.176	68.142	318.474	348.149	874.112
Capital de Giro e Cta Garantida	-	-	4.269	-	5.967	10.236
Crédito Rural	46.452	1.573	5.452	22.784	11.339	87.600
Outros	72.719	18.603	58.421	295.690	330.843	776.276
Total	1.010.237	165.082	710.183	6.841.399	3.001.490	11.728.391
Limite Contratado não Utilizado	-	-	-	-	-	7.760.431
Total Geral	1.010.237	165.082	710.183	6.841.399	3.001.490	19.488.822

Valores em R\$ Mil

Por setor econômico

SETOR ECONÔMICO

Setor	Junho/2017	Março/2017
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	6.840.564	6.951.701
Pessoa Física	2.157.222	2.041.344
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aqüicultura	1.954.190	1.803.424
Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	344.002	287.543
Outros	-	190.278
Indústrias de Transformação	155.782	128.101
Transporte, Armazenagem e Correio	86.824	75.505
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	47.377	48.449
Outras Atividades de Serviços	38.048	36.850
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	36.965	30.700
Construção	37.809	30.119
Saúde Humana e Serviços Sociais	124.651	25.287
Alojamento e Alimentação	37.301	24.873
Informação e Comunicação	18.789	14.801
Educação	15.832	11.715
Indústrias Extrativas	8.827	9.561
Atividades Imobiliárias	8.823	6.015
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	7.202	4.363
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	4.503	4.127
Água, Esgoto, Atividades De Gestão de Resíduos E Descontaminação	2.099	1.690
Eletricidade e Gás	2.183	1.460
Serviços Domésticos	454	485
Total	11.929.447	11.728.391
Limite Contratado não Utilizado	8.322.311	7.760.431
Total Geral	20.251.758	19.488.822

Valores em R\$ Mil

Por prazo a decorrer das operações

Tomador / Prazo	PRAZO A DECORRER DAS OPERAÇÕES				
	Até 6 meses	Acima de 6 meses até 1 ano	Acima de 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Cooperativa	3.335.133	1.605.366	1.786.159	109.208	6.835.866
Crédito Rural	3.332.806	1.601.406	1.739.603	109.208	6.783.023
Investimento	2	1.587	16.050	-	17.639
Outros	2.325	2.373	30.506	-	35.204
Pessoa Física	1.724.025	151.975	1.177.291	1.133.002	4.186.293
Cartão de Crédito ¹	1.616.008	-	-	-	1.616.008
Consignado	7.301	23.639	535.018	37.389	603.347
Crédito Rural	21.839	14.387	487.845	1.081.802	1.605.873
Outros	78.877	113.949	154.428	13.811	361.065
Pessoa Jurídica	214.431	249.742	282.100	161.015	907.288
Capital de Giro e Cta Garantida	-	-	9.016	-	9.016
Crédito Rural	12.885	20.713	20.174	26.162	79.934
Outros	201.546	229.029	252.910	134.853	818.338
Total	5.273.589	2.007.083	3.245.550	1.403.225	11.929.447
Limite Contratado não Utilizado	-	8.322.159	152	-	8.322.311
Total Geral	5.273.589	10.329.242	3.245.702	1.403.225	20.251.758

Valores em R\$ Mil

Tomador / Prazo	PRAZO A DECORRER DAS OPERAÇÕES				
	Até 6 meses	Acima de 6 meses até 1 ano	Acima de 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Cooperativa	2.861.037	2.347.496	1.627.798	122.467	6.958.798
Crédito Rural	2.846.986	2.344.738	1.586.477	122.010	6.900.211
Investimento	322	25	21.556	457	22.360
Outros	13.729	2.733	19.765	-	36.227
Pessoa Física	1.665.100	51.099	1.092.654	1.086.628	3.895.481
Cartão de Crédito ¹	1.636.271	-	-	-	1.636.271
Consignado	7.342	20.191	488.770	46.131	562.434
Crédito Rural	11.738	18.204	396.373	1.008.469	1.434.784
Outros	9.749	12.704	207.511	32.028	261.992
Pessoa Jurídica	486.223	17.781	203.009	167.099	874.112
Capital de Giro e Cta Garantida	-	-	10.236	-	10.236
Crédito Rural	19.036	12.197	33.515	22.851	87.599
Outros	467.187	5.584	159.258	144.248	776.277
Total	5.012.360	2.416.376	2.923.461	1.376.194	11.728.391
Limite Contratado não Utilizado	-	7.760.278	153	-	7.760.431
Total Geral	5.012.360	10.176.654	2.923.614	1.376.194	19.488.822

Valores em R\$ Mil

5.4. 10 e 100 Maiores Exposições

Apresentamos a exposição dos 10 e dos 100 maiores clientes, em relação ao total de operações com características de concessão de crédito:

Exposições	MAIORES EXPOSIÇÕES			
	Saldo	Com Repasse Interfinanceiro	Saldo	Sem repasse Interfinanceiro
10 Maiores Exposições	3.761.751	31,53%	91.046	1,79%
100 Maiores Exposições	9.517.946	79,79%	285.985	5,61%

Valores em R\$ Mil

Exposições	MAIORES EXPOSIÇÕES			
	Saldo	Com Repasse Interfinanceiro	Saldo	Sem repasse Interfinanceiro
10 Maiores Exposições	3.663.139	31,23%	98.442	2,06%
100 Maiores Exposições	9.461.016	80,67%	298.031	6,25%

Valores em R\$ Mil

5.5. Evolução da Carteira em atraso

Apresentamos as operações em atraso:

Tomador / Atraso	MONTANTE DAS OPERAÇÕES EM ATRASO					
	Junho/2017					
Cooperativa	-	-	-	-	-	-
Crédito Rural	-	-	-	-	-	-
Investimento	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Pessoa Física	44.027	2.147	1.613	397	-	48.184
Cartão de Crédito ¹	40.218	1.127	53	-	-	41.398
Consignado	3.574	865	1.308	280	-	6.027
Crédito Rural	-	-	-	-	-	-
Outros	235	155	252	117	-	759
Pessoa Jurídica	12.380	508	97	53	-	13.038
Capital de Giro e Cta Garantida	-	-	-	-	-	-
Crédito Rural	-	-	-	-	-	-
Outros	12.380	508	97	53	-	13.038
Total¹	56.407	2.655	1.710	450	-	61.222

Valores em R\$ Mil

¹ Sem limites contratados e não utilizados

MONTANTE DAS OPERAÇÕES EM ATRASO

Tomador / Atraso	Março/2017					
	Atraso entre 15 e 60 dias	Atraso entre 61 e 90 dias	Atraso entre 91 e 180 dias	Atraso entre 181 e 360 dias	Atraso acima de 360 dias	Total
Cooperativa	36	-	-	-	-	36
Crédito Rural	-	-	-	-	-	-
Investimento	-	-	-	-	-	-
Outros	36	-	-	-	-	36
Pessoa Física	45.205	5.616	2.337	482	63	53.703
Cartão de Crédito ¹	38.469	4.276	39	-	-	42.784
Consignado	4.093	826	926	311	-	6.156
Crédito Rural	-	-	-	-	-	-
Outros	2.643	514	1.372	171	63	4.763
Pessoa Jurídica	12.868	1.846	265	105	-	15.084
Capital de Giro e Cta Garantida	-	-	-	-	-	-
Crédito Rural	-	-	-	-	-	-
Outros	12.868	1.846	265	105	-	15.084
Total¹	58.109	7.462	2.602	587	63	68.823

Valores em R\$ Mil

¹ Sem limites contratados e não utilizados

Montante de provisões para perdas decorrentes das operações em atraso e total das operações em prejuízo:

PROVISÃO PARA PERDAS		
Tipo	Junho/2017	Março/2017
Cooperativa	7.591	8.241
Crédito Rural	7.219	8.049
Investimento	90	112
Outros	282	80
Pessoa Física	30.051	29.313
Cartão de Crédito ¹	9.523	11.588
Consignado	4.536	5.428
Crédito Rural	8.425	7.333
Outros	7.567	4.964
Pessoa Jurídica	12.411	13.609
Capital de Giro e Cta Garantida	68	78
Crédito Rural	1.033	933
Outros	11.310	12.598
Total	50.053	51.163

Valores em R\$ Mil

OPERAÇÕES EM PREJUÍZO

R\$ Mil	Junho/2017	Março/2017
Operações Baixadas para Prejuízo no Trimestre	1.634	2.483

Valores em R\$ Mil

5.6. Instrumentos Mitigadores do Risco de Crédito

O valor total mitigado pelos instrumentos definidos nas Circulares BCB 3.644/2013 e 3.809/2016, segmentado por tipo de mitigador e por FPR:

Descrição	Junho/2017		Março/2017	
	Crédito	Tesouraria	Crédito	Tesouraria
FPR 0%				
Acordo de Compensação e Liquidação	310.058	1.730.698	247.974	2.085.798
Fundos instituídos por lei federal	-	-	-	210
Depósito à vista, a prazo, poupança, LF	-	1.631.418	-	1.320.698
Depósito TPF, ouro	-	11.054.134	-	9.018.126
FPR 20%				
Garantia de Cooperativas Sicoob	12.202.833	-	11.330.706	-
FPR 50%				
Garantia de Instituições Financeiras	-	-	-	-
Operações Consignadas Pública	555.304	-	517.881	-
TOTAL	13.068.195	14.416.250	12.096.561	12.424.832

Valores em R\$ Mil

O Bancoob possui acordos de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), conforme definido na Resolução CMN 3.263/2005, firmados com instituições financeiras, resultando em garantia de liquidação financeira. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Bancoob, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Bancoob com a contraparte.

Em janeiro/2017, a metodologia de apuração dos mitigadores de risco de crédito teve alterações expressivas, conforme novas regras definidas pela Circular BCB 3.809/2016.

5.7. Risco de Crédito de Contraparte

O Banco possui metodologia interna que estabelece risco e limite de crédito para bancos e outros emitentes (contraparte) de títulos negociados na tesouraria bem como metodologia para avaliar o risco de corretoras, em função de risco de crédito residual existente em transações intermediadas por essas corretoras. A metodologia interna de avaliação do risco de contraparte considera indicadores econômico-financeiros, avaliações de empresas de classificação de risco e outros dados publicados. As classificações de riscos são revisadas periodicamente de acordo com o porte e com o nível de risco da contraparte.

Descrição	Junho/2017		Março/2017	
	Ativo	Exposição	Ativo	Exposição
Com Mitigador	14.403.587	-	12.369.727	-
Sem Mitigador	555.633	278.682	702.711	314.528
FPR 2%	-	-	-	-
FPR 20%	1.486	297	124.515	24.903
FPR 50%	551.524	275.762	577.142	288.571
FPR 100%	2.623	2.623	1.054	1.054
Total	14.959.220	278.682	13.072.438	314.528

Valores em R\$ Mil

6. Risco de Mercado

6.1. Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado

Com a finalidade de promover a harmonização, a integração e a racionalização de processos, e baseado no princípio de organização sistêmica, implantou-se no Sicoob, por intermédio do Bancoob, a estrutura centralizada de gerenciamento do risco de mercado.

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado prevê:

- validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento e controle dos riscos de mercado;
- acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos para as entidades do Sistema pela área responsável pela estrutura centralizada de gerenciamento do risco de mercado, que evidenciem, no mínimo:
 - a) valor em risco (*Value at Risk – VaR*);
 - b) limites máximos de risco de mercado;
 - c) realização periódica de *backtests* do modelo de cálculo de risco de mercado;
 - d) aplicação de cenários de *stress*;
 - e) descasamento para avaliação de impacto na margem financeira;
 - f) definição de planos de contingência.
- realização de testes de avaliação dos sistemas implementados de controle dos riscos de mercado;
- elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento dos riscos de mercado;
- existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes dos riscos de mercado.

O processo de gerenciamento dos riscos de mercado é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade dos processos no âmbito do Sicoob.

A alocação de recursos, a definição de responsabilidades e de processos integrados e a aplicação das melhores práticas de gerenciamento de riscos conferem maior transparência, eficácia e tempestividade às atividades das entidades do Sicoob.

No Sicoob, as estruturas centralizadas de gerenciamento de riscos são compatíveis com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcionais à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sistema.

A implantação das estruturas centralizadas não desonera as entidades do Sicoob de suas responsabilidades pela gestão de riscos, na forma da regulamentação aplicável.

Política

A Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Mercado em vigor tem característica sistêmica, foi aprovada pelo Conselho de Administração do Sicoob

Confederação e, na sequência, foi aderida pelo Bancoob, conforme deliberação de seu Conselho de Administração em reunião realizada em 9/8/2016.

A adesão a essa política foi comunicada internamente pela Resolução Bancoob 065 de 19/8/2016. O acesso ao conteúdo completo da política pode ser feito por meio da intranet.

A Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Mercado é revisada, no mínimo anualmente por proposta da área responsável pelo gerenciamento de riscos de mercado, em decorrência de fatos relevantes, e por sugestões encaminhadas pelas entidades do Sistema.

Metodologia

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (*trading*) e de não negociação (*banking*), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de *stress* e de aderência do modelo de mensuração de risco (*backtesting*).

São classificadas na carteira de negociação (*trading*):

- as operações com derivativos, exceto as operações de *hedge* da carteira de não negociação (*banking*) quando existirem;
- as operações relativas às aplicações em cotas de fundos de investimento; e
- as aplicações em mercadorias (*commodities*), em ações e em moedas estrangeiras.

São classificadas na carteira de não negociação (*banking*) as demais operações que não atendam aos critérios de classificação da carteira de negociação (*trading*).

As operações classificadas na carteira de não negociação (*banking*) são acompanhadas quanto à realização de vendas antecipadas com apuração de resultado diferente da curva do papel e sem que tenha havido necessidade de caixa (liquidez).

A carteira de não negociação (*banking*) é composta pela carteira de crédito, títulos públicos federais, títulos privados, operações compromissadas (*over e open market*) e operações de transferências de recursos das cooperativas, decorrentes da centralização financeira. Essas carteiras apresentam como principal característica a intenção da instituição de manter as posições até o vencimento.

As operações poderão ser reclassificadas nas carteiras de negociação (*trading*) ou de não negociação (*banking*), quando ocorrer mudança na intenção de manutenção da posição até o vencimento, com venda antecipada, apenas em situações de exigência de liquidez.

A métrica adotada para o cálculo do risco de mercado da carteira de não negociação (*banking*) é o *Value at Risk* – VaR (Valor em Risco), que mede a perda máxima estimada para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado um intervalo de confiança estabelecido.

Para as parcelas de riscos de mercado RWAJUR1, RWAJUR2, RWAJUR3, RWAJUR4, RWACAM, RWACOM e RWACS são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil (BCB).

São realizados testes de *stress* mensais pela área gestora de riscos do Bancoob, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados, anualmente, por equipes de auditorias interna e externa. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para corrigir, adaptar e promover melhorias no gerenciamento do risco de mercado.

6.2. Risco de Mercado

O sistema de mensuração, monitoramento e controle de risco de mercado adotado pelo Bancoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco de mercado, abrangendo a totalidade das posições do banco.

As empresas que compõem o conglomerado prudencial, com exceção do Bancoob, não possuem operações na carteira de negociação, nem derivativos.

Carteira de Negociação

O Bancoob mantém carteira de negociação (*trading*), referentes a aplicações em fundos de investimento, títulos públicos federais e moeda estrangeira (dólar). Demonstramos a parcela de RWAMPAD por fator de risco:

CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO		
Fator de Risco	Junho/2017	Março/2017
Câmbio	807	631
Cupom Cambial	-	-
Pré	5.491	7.682
Cupom de Inflação	4.825	4.989
Total	11.123	13.302

Valores em R\$ Mil

Carteira de não Negociação

A metodologia do Bancoob para mensurar o risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação (carteira *banking* – RBAN) considera as seguintes premissas:

- o VaR paramétrico é utilizado para os instrumentos financeiros de renda fixa, exceto para o mix de crédito rural. O VaR calculado para o mix de crédito rural aproxima a perda na margem da intermediação financeira, no horizonte de 1 (um) ano, em função do choque da taxa de desconto do ativo, equivalente à perda parcial de *funding* de crédito rural;
- o VaR paramétrico considera o método de volatilidade de média móvel com alisamento exponencial (EWMA) com lambda 0,94 (noventa e quatro centésimos), nível de confiança de 99% (noventa e nove por cento) e o *holding period* de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis;

- o choque de taxa de juros considerado para o risco do mix de crédito rural decorre da estimativa de perda de *funding* subsidiado (DIR) e do custo de substituição por *funding* de mercado;
- os recursos referentes a depósitos de poupança que não possuem data de vencimento definida são alocados em vértices de prazo de vencimento, para efeito do cálculo do risco de mercado, de acordo com a estatística de comportamento de saques nos últimos três anos.

Cenários de Stress

As metodologias aplicadas no cálculo de possíveis perdas em cenários de stress são:

- Simulação Histórica (carteira trading e banking): pior variação dos preços e taxas de mercado apuradas nos últimos 10 (dez) anos e aplicada ao valor presente da carteira;
- Cenários Econômicos (BM&FBovespa): considera um cenário de alta e um cenário de baixa, disponibilizado pela BM&FBovespa, para avaliar a sensibilidade do risco dada uma mudança de comportamento na taxa de juros;
- Análise de GAP (carteira de crédito rural).

Demonstramos os resultados dos cenários de stress:

Cenários de Stress	JUNHO/2017		MARÇO/2017	
	Resultados Stress	Pior Data	Resultados Stress	Pior Data
Simulação Histórica	(66.076)	20/6/2013	(60.478)	24/10/2008
Cenário BM&F de Alta 9999	(85.445)		(59.042)	
Cenário BM&F de Baixa 10000	95.265		54.563	
GAP - Carteira Crédito Rural	(45.345)		(25.126)	

Valores em R\$ Mil

7. Risco de Liquidez

7.1. Estrutura de Gerenciamento do Risco de Liquidez

Com a finalidade de promover a harmonização, a integração e a racionalização de processos, e baseado no princípio de organização sistêmica, implantou-se no Sicoob, por intermédio do Bancoob, a estrutura centralizada de gerenciamento do risco de liquidez.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez prevê:

- validação dos sistemas, processos, modelos e procedimentos internos;
- procedimentos para identificação, avaliação, monitoração e controle da exposição ao risco de liquidez;
- acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos para as entidades do Sistema pela área responsável pela estrutura centralizada de gerenciamento do risco de liquidez, que evidenciem, no mínimo:
 - a) limite mínimo de liquidez;
 - b) fluxo de caixa projetado;
 - c) aplicação de cenários de *stress*;
 - d) definição de planos de contingência.
- realização de testes de avaliação dos sistemas implementados de controle dos riscos de liquidez;
- elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
- existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

O processo de gerenciamento do risco de liquidez é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade dos processos no âmbito do Sicoob.

A alocação de recursos, a definição de responsabilidades e de processos integrados e a aplicação das melhores práticas de gerenciamento de riscos conferem maior transparência, eficácia e tempestividade às atividades das entidades do Sicoob.

No Sicoob, as estruturas centralizadas de gerenciamento de riscos são compatíveis com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcionais à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sistema.

A implantação das estruturas centralizadas não desonera as entidades do Sicoob de suas responsabilidades pela gestão de riscos, na forma da regulamentação aplicável.

Política

A Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Liquidez em vigor tem característica sistêmica, foi aprovada pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação e, na sequência, foi aderida pelo Bancoob, conforme deliberação de seu Conselho de Administração em reunião realizada em 9/8/2016.

A adesão a essa política foi comunicada internamente pela Resolução Bancoob 065 de 19/8/2016. O acesso ao conteúdo completo da política pode ser feito por meio da intranet.

A Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Liquidez é revisada, no mínimo anualmente por proposta da área responsável pelo gerenciamento de riscos de liquidez, em decorrência de fatos relevantes, e por sugestões encaminhadas pelas entidades do Sistema.

Metodologia

O risco de liquidez é definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis; bem como o descasamento entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade da instituição financeira em honrar suas obrigações, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação dos direitos e das obrigações.

O gerenciamento do risco de liquidez busca garantir a suficiência de recursos para suportar potenciais saídas. Para isso são utilizados, como instrumentos de gestão, projeções de fluxo de caixa, limites mínimos de liquidez, testes de *stress* e planos de contingência.

Para o Índice de Liquidez (IL) é considerado a razão entre os ativos financeiros livres e a média das 5 (cinco) maiores saídas líquidas entre as movimentações de entradas e saídas de recursos do fluxo de caixa, ocorridas no horizonte dos últimos 2 (dois) anos. A apuração da média é realizada trimestralmente.

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos de identificação de riscos, de curto e longo prazo, considerando os possíveis impactos na liquidez das instituições que compõem o conglomerado prudencial.

São realizados testes de *stress*, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez da instituição. São definidos e testados os planos de contingência de liquidez.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados, anualmente, por equipes de auditorias interna e externa. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para corrigir, adaptar e promover melhorias no gerenciamento do risco de liquidez.

7.2. Risco de Liquidez

O risco de liquidez se divide em:

- a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Instrumentos de Gestão do Risco de Liquidez

No processo de identificação, avaliação, monitoramento e controle do risco de liquidez, o Bancoob utiliza os seguintes instrumentos:

- apuração e acompanhamento de dois níveis de liquidez (Primária e Contingencial);
- projeções de Liquidez;
- limites de Risco de Liquidez (Piso de Liquidez);
- cenário de *stress*;
- planos de contingência de liquidez.

Cenários de Stress de Liquidez

Com o objetivo de identificar situações que possam comprometer a liquidez do Bancoob em condições extremas, são realizadas trimestralmente simulações em diversos cenários.

Testes das Medidas de Contingência

Como mecanismo de controle, para avaliação da efetividade do plano de contingência, trimestralmente, as principais medidas são testadas com o intuito de avaliar a capacidade de geração de liquidez.

8. Risco Operacional

8.1. Estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional

O gerenciamento do risco operacional está sob a responsabilidade da Diretoria de Controle (Dicon) e é operacionalmente implementado por meio da Gerência de Controles Internos (Gecin). A aplicação das diretrizes registradas na Política Institucional de Risco Operacional e dos procedimentos aplicáveis é responsabilidade de todas as áreas do Banco.

A Gecin possui funcionários dedicados exclusivamente à aplicação da Política Institucional de Risco Operacional e dos procedimentos específicos. Atuam também como consultores, com a missão de disseminar a cultura de gerenciamento do risco operacional e de prestar aos gestores e seus funcionários todas as informações necessárias para que seja efetivamente implementado o processo de identificação, avaliação e tratamento dos riscos.

Política

A Política Institucional de Risco Operacional em vigor tem característica sistêmica, foi aprovada pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação e, na sequência, foi aderida pelo Bancoob, conforme deliberação de seu Conselho de Administração em reunião realizada em 16 e 17/11/2010.

A adesão a essa política foi comunicada internamente pela Resolução Bancoob 001 de 18/1/2011. O acesso ao conteúdo completo da política pode ser feito por meio da intranet.

A Política Institucional de Risco Operacional é revisada no mínimo anualmente, por proposta da área responsável pelo gerenciamento do risco operacional, em decorrência de fatos relevantes e por sugestões encaminhadas pelas entidades do Sistema.

Metodologia

O ciclo de identificação, avaliação e tratamento de riscos operacionais, incluindo a reavaliação dos riscos já identificados, é realizado no mínimo bienalmente. O processo de gerenciamento do risco operacional do Bancoob consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria contínua dos processos e compõe-se das seguintes atividades:

- identificação do risco operacional com aplicação do Questionário de Diagnóstico de Riscos Operacionais;
- atividade realizada em workshop com o gestor e técnicos de cada área, por meio da análise dos processos, de modo a identificar riscos potenciais, internos e externos, que podem afetar a implementação da estratégia e o alcance dos objetivos do Banco;
- avaliação qualitativa do risco operacional identificado, fase de utilização da Matriz de Avaliação de Riscos Operacionais, que relaciona as informações de impacto e probabilidade, para a determinação dos riscos que devem receber tratamento;
- monitoramento, controle e mitigação do risco operacional;

- adoção dos seguintes procedimentos: implementação, pelos gestores de cada área, das ações por eles informadas, em planos de ação, para tratamento dos riscos operacionais; verificação da efetividade e tempestividade na implementação de cada ação; crítica do enquadramento dos riscos nos parâmetros definidos na metodologia; reavaliação dos riscos operacionais, pelos gestores de cada área, considerando os sistemas de controles já implementados; testes de avaliação dos sistemas de controles aplicados aos riscos operacionais;
- existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e limitar graves perdas decorrentes do risco operacional.

Comunicação

Geração de informações que permitam, internamente, a identificação e as condições para correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco operacional e, externamente, a transparência do processo.

Área de gerenciamento do risco operacional

As fases de identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos são desenvolvidos pelos gestores das áreas do Banco, com acompanhamento da Gecin, a qual disponibiliza os instrumentos necessários, oferece consultoria especializada e interage criticamente.

Testes de Avaliação

Atividade que consiste na avaliação dos sistemas de controles implementados pelo menos uma vez a cada ano civil.

Documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao Risco Operacional

- a documentação que evidencia a efetividade, a tempestividade e a conformidade das ações para tratamento dos riscos operacionais bem como as informações referentes às perdas associadas ao risco operacional são registradas e arquivadas pelos gestores de cada área;
- as perdas efetivas são comunicadas pelos gestores à área de gerenciamento do risco operacional, quando da sua identificação, com informações de causas, controles e planos de ação. A Gecin, além de analisar as comunicações, acompanha também as contas contábeis de despesas com o objetivo de identificar possíveis registros de perdas. O controle das perdas operacionais efetivas é realizado com a Contadoria que registra as perdas em contas contábeis específicas. Mensalmente, é feita conciliação entre os dados de perdas registradas no sistema operacional de gerenciamento de riscos operacionais com os registros contábeis.